

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2024

ATA NÚMERO QUARENTA E NOVE

10 Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e dezasseis minutos, teve lugar a 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em 18 de abril de 2024 a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira. -----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Jaime da Silva Quintas, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Maria Soares Gonçalves, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filipe da Silva Lopes, João
20 Morais de Sousa, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, André Araújo Ferreira e Pedro Jorge Ribeiro de Castro
Teixeira. -----

25 Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Andreia Maria Ferreira Teixeira, substituída por Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, substituído por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Joaquim António Dias Tavares, substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo substituída por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Rui Pedro
30 Fernandes Teixeira, substituído Manuel Benjamim Leite Soares, Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por João Pedro Ferreira Martins, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, substituída por Pedro André Silva Dantas, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, substituído por João Emílio Santos Carvalho de Almeida, Nelson de Jesus Martins da Silva, substituído por Joana Nobre Macedo Ferreira Leite, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, sendo substituída por Beatriz Castro Pinto, Jorge Manuel dos Santos Pereira, substituído por Alcides
35 do Couto Pereira e Pedro Petiz de Castro Viana, sendo substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. -----

5 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Alexandra Mónica Soares Amaro, substituída por José Carlos Almeida Morais Soares, Serafim da Silva Teixeira, substituído por Joaquim Henrique Faria.---

Faltaram, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Alcino de Sousa Lopes, Joaquim César Ramos Rodrigues, ---
Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores (as): Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto
10 Miranda, Elísio Ferreira Pinto e Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes, e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa. -----

Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os senhores (as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Dário Soares Freitas da Silva e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira.
15 -----

O senhor Presidente da Mesa, deu nota de que não havia nenhuma inscrição do Público.-----

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia -----

20

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) apresentou um **Voto de Saudação**, “Luta dos Trabalhadores e das Populações em Vila Nova de Gaia”, conforme documento em anexo (**vide anexo 1**). -----

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) apresentou um **Voto de Saudação** “Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia”, conforme documento em anexo (**vide anexo 2**).
25

Apresentou igualmente uma **Moção** “UNIR – em defesa do transporte público rodoviário nos Municípios da AMP”, conforme documento em anexo (**vide anexo 3**).-----

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) teceu duas notas rápidas sobre a questão da proposta do BE, a primeira sobre uma das questões da gratuidade e do alargamento da gratuidade da bilhética que foram propostas da CDU, designadamente no nível da Assembleia da República, no alargamento da gratuidade aos
30 maiores de 65 anos. Também foi uma das propostas que a CDU trouxe para a discussão do orçamento de 2024, portanto, pareceu-lhes total pertinência e também a questão do alargamento da gratuidade a todos os jovens, e não apenas aqueles do ensino superior, parecendo ser uma questão de suprema importância também para o BE fazer essa proposta que acompanhariam. Sobre a questão de UNIR, a CDU, desde a primeira hora, não só da operação, mas também nas suas preparações, fizeram a sua intervenção.

35 Questionaram, para fazer eco, também das reivindicações dos utentes durante décadas, fustigados pela

5 insuficiência de transportes públicos, em particular no Concelho. Disseram, acerca do modelo seguido pela AMP e ainda estava em cima da mesa, uma discussão que não abdicariam e que entendiam da maior pertinência, maior atualidade, a questão acerca da opção política a AMP e que os seus municípios tomaram para o seu Concelho e para o transporte rodoviário. Também na sessão promovida pelo BE com a AMP, colocaram uma série de questões à margem da questão do modelo sobre a sua operação, desde a primeira
10 hora que o Senhor Presidente disse que ainda era cedo para essa avaliação, que era da responsabilidade do operador. Perguntaram que ferramentas teria a AMP para a fiscalização da operacionalidade do operador e se estaria em causa a sua insuficiência. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, perguntaram, e passado estes alguns meses, se existia ou não espaço de responsabilização do operador, se imputava ao operador alguma falha no incumprimento, porque na verdade até acabava por ser uma privatização boa, o operador falhava e
15 a responsabilidade era dos autarcas ou da privatização. Não eram a favor das privatizações, mas a privatização, é deve ser respeitada A verdade é que as necessidades dos gaienses são superiores e muito superiores ao serviço, mesmo quando ele funciona na sua operação toda prevista, as necessidades são superiores, portanto, a ambição continua a precisar de resposta pública. Não sei sabiam se a resposta pública como o BE trazia dava a resposta. Seria uma resposta pública de operacionalização pública. Não sabiam se
20 isso sequer tinha enquadramento, tinha lógica a Câmara pôr autocarros a fazer os incumprimentos de um operador só porque o operador chegava atrasado. Tenho algumas Continuavam com dúvidas sobre o que o que o bloco colocava nesta na proposta. Contudo, partilhavam naturalmente aquilo o que era a insatisfação dos utentes, que deveria ser expressa nesta naquela Assembleia Municipal. Portanto, cumprimentou o BE por trazer esse o assunto ao plenário e da parte da CDU, permanecia as a crítica e a
25 expressão ou expressar dessas insuficiências.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse que a Câmara Municipal não estava ali para o debate político, mas mais para as respostas concretas. Disse que o senhor deputado insistia em dizer que a STCP poderia assumir o serviço na área metropolitana do Porto, mas isso era ilegal no assunto em concreto, havia 5 ou 6 pessoas que trabalharam arduamente para um serviço que abrange 1.700.000
30 pessoas. O Presidente da Área Metropolitana do Porto, propôs a criação de uma empresa municipal, uma empresa metropolitana de transportes, que foi rejeitada pela maioria dos autarcas. Assumia as suas responsabilidades, mas no limite, a culpa não era dos operadores, a culpa era dos autarcas que não tiveram visão para perceber que com 4 pessoas, mais uma ou duas, onde estava incluído, era impossível montar uma operação daquelas e correr maravilhosamente bem. O deputado subia ao púlpito da Assembleia Municipal
35 para dizer uma coisa que não era objetivamente nem juridicamente verdadeira. O senhor Presidente continuou dizendo que gostava que a CP, para dar um exemplo, gerisse o transporte na área metropolitana, mas legalmente não era possível. Para o deputado pedir um parecer à STCP, um parecer ao seu grupo jurídico da Assembleia da República, ao fim de tantos e voltarem a dizer que a STCP podia assumir o transporte na

5 área metropolitana. Isso era é falso e ilegal. A lei não permitia e, e apenas se limitava a aplicar a lei que existe. Acusou o deputado de dizer que a área metropolitana optou politicamente por aquela alternativa, mas que era apenas uma obrigação que vinha desde 2007 e que só 10 anos depois teve quem a levasse a sério para transformar o serviço público de transporte rodoviário, que vinha de 60 ou 70 anos com uma concessão tipo perpétua e que fazia do transporte público um monopólio. O concurso público cumpre a lei de subjugação

10 deste e daquele serviço ao mercado e foi isso que aconteceu, não foi a área metropolitana que escolheu a Feirense A STCP não pode operar em Arouca, não pode operar em Oliveira de Azeméis, que também fazem parte da área metropolitana. Por isso, não era justo dizer que podia ter ido para lá da STCP, não podia legalmente não podia. A única opção possível que havia era um concurso público. Optaram por um concurso público para prestação de serviços por entenderem que a concessão era excessivamente castradora e

15 privatizadora. O deputado, criticava por não ter havido um balanço que tenha sido publicitado ou entregue à Assembleia Durante décadas chovia dentro dos autocarros, não se cumpriam horários, vinham autocarros da Bélgica comprados a 5000 EUR porque eram proibidos de circular no resto da Europa, exceto em Portugal. Os autocarros incendiavam-se com 30 anos, deixavam uma fumaçada por onde passavam que era uma neblina londrina, só que escura. O IMT nunca quis saber disso para só quando havia uma denúncia, de

20 momento não havia nenhuma penalização aos autocarros, o IMT verificou zero casos de motoristas ilegais. Diziam então que três anos e meio, não era suficiente para preparar as coisas. O concurso operacionaliza-se com o visto do Tribunal de Contas. O visto do Tribunal de Contas veio em maio e, no início de maio, ele vem em abril, mas tinha uma vigência, uma espécie de acácia, e entrava em maio, de acordo com os critérios do concurso, que são os Critérios da lei, não são opções do Presidente da Câmara Municipal. De acordo com os

25 critérios do concurso público, já para precaver um tempo, o vencedor, depois do visto do Tribunal de Contas, tinha meio ano para preparar a operação. porque nenhum empreendedor, nenhum empreiteiro, nenhum arquiteto, nenhum o que for, desata a fazer coisas sem ter um contrato assinado. Os operadores tiveram de esperar pelo Visto do Tribunal de Contas para montar a operação, ou então os concorrentes iam encomendar autocarros, trazer motoristas e se não ganhassem o concurso teriam de vender os autocarros. Ao fim de meio

30 ano e nós perceberam as dificuldades que era a data-limite. A consignação feita até o dia 1 ou 2 de dezembro, no dia 4 não haveria autocarros. No dia 30 de novembro, estava a chegar a Leixões um barco com autocarros, muitos deles vindos em segunda mão, pintados na origem. Nem tempo houve, nem know-how tecnológico para mudar as letras da frente. Quanto à Transmissão de estabelecimento, é um conceito jurídico que faz com que nos concursos públicos a empresa que sucede a outra seja obrigada a receber os trabalhadores da

35 outra nos transportes. Este conceito não se aplica, aplica-se o conceito de preferência. O caderno de encargos plasma o conceito de preferência. Quer dizer, as empresas que ganham têm de dar preferência aos trabalhadores das empresas que perdem, que estavam em operação. Deixou ainda esclarecimentos exaustivos sobre esta concessão, entre outros, referindo, os transportes tiveram uma alteração jurídica em

5 2022. Já o concurso estava no terreno há 2 anos e meio, proposta pelo Partido Comunista na Assembleia da República que propôs aplicar o regime de Transmissão de Estabelecimento às empresas de transportes, mas, achava que o senhor deputado sabia que a lei não tem efeitos retroativos. Portanto, o concurso poderia estar vigente até a altura do lançamento do concurso dali a 6 anos. Que viesse um novo concurso, aplicar-se-ia a transmissão de estabelecimento, o concurso do ponto de vista do caderno de encargos, estava top, do ponto
10 de vista da sua aplicação inicial, um desastre, do ponto de vista da sua evolução nestes últimos 5 meses, muito interessante, evoluíram. O número de reclamações neste momento era residual. Continuou dizendo que o município iria lançar, na primeira quinzena de maio, um inquérito porta a porta. Não existem problemas no transporte escolar, há dias houve uma greve de algum dos motoristas de um dos sindicatos. A operação não se realizou, porque eles estão em greve, como estão em greve na STCP, no metro, ou os
15 enfermeiros e os médicos. A Câmara não podia substituir os autocarros porque era ilegal e estava a fazer favor aos privados. Dali a 2 meses estaríamos a discutir se renovávamos ou não a participação acionista do Município de Gaia na STCP, pela qual tinha lutado para aderirmos que mais defendeu a adesão acionista do Município de Gaia à intermunicipalização, quando toda a gente queria deixar aquilo no Município do Porto. Quanto ao debate público, andou a debater publicamente a possibilidade de termos um só operador interno.
20 O Presidente da Câmara, lembrou algumas atrocidades que alguns cidadãos fizeram, relativamente à UNIR, desde colocarem o seu numero de telefone afixado nas paragens até cortarem pneus entre outros. Reconheceu que o arranque foi péssimo, foi uma desorganização, foi o caos, tudo, digam o que disserem, era tudo verdade. Tranquilizou o deputado dizendo haver gente muito empenhada e disponível, trabalhando para que tudo corra bem e ninguém quis, por nenhum motivo abstrato, chatear a vida das pessoas, criar um
25 problema. Terminou, pedindo desculpa pela exaustiva intervenção. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, “à Luta dos Trabalhadores e das Populações em Vila Nova de Gaia”.-----

30 **Votação: Aprovado por Maioria, com 36 votos a favor (19 do PS, 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL).** -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, “Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia”.-----

35 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

5 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Moção**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, “UNIR– em defesa do transporte público rodoviário nos Municípios da AMP”. -----

Votação: Votação: Rejeitado por Maioria, com 31 votos contra (19 do PS e 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 05 votos a favor (02 do BE, 02 da CDU e 01 da IL) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 do PAN). -----

10

4.12. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2023, assim como a respetiva certificação legal de contas, relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas, nos termos do n. 3 do art.º 76 da Lei nº73/2013 de 03 de setembro”. -----

15

Senhor Deputado Alcides do Couto (CH) disse ser direto, objetivo, não valia a pena perder muito tempo, tratava-se de um ponto muito complicado e muito vago. Um balanço e uma demonstração de resultados não era fácil de analisar, apesar de ter alguns quadros e alguns pontos que era possível se, mas não era um partido contra, mas sim, estavam sempre juntamente com todos os gaienses e com todos os portugueses, no ponto 20 4.12, iriam abster-se. Que tinha de chamar a atenção que iria intervir e ir ali e as vezes que tivesse de ir sempre que tiver de representar o partido e representar as pessoas. -----

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) falou sobre as contas de gerência, que deveria ser um dos momentos mais altos do debate na vida política do município, reflete a situação económica do concelho e demonstra claramente se os compromissos assumidos foram concretizados, continuavam a ter muitas 25 dificuldades e afirmaram sucessivamente a crítica, em relação à dimensão das despesas correntes, como comprometedoras para a vida do município, aliás, essa dúvida sistematicamente na Revisão de Contas, porque é uma dúvida e é uma crítica que é apontada muitas vezes, é a falta de resposta permite inferir que, na verdade, uma visão de quem assinou, recorda-se, o acordo para a descentralização, quando se vê 30 plasmado esse acordo, e é operacionalizado no aumento de despesas, em particular nas despesas de pessoal, ou está arrependido com o acordo que fez ou queria que o acordo para a descentralização significasse que a Câmara Municipal privatizasse serviços recebidos. Ademais, isto a propósito da posição do PSD, na posição dos vereadores, que é sempre a mesma, da crítica das despesas correntes e, “queremos que a visão de futuro e desenvolvimento do poder local, estando nós no final deste mandato a atingir o primeiro quarto do século 35 21, todas as questões do desenvolvimento do Poder Local passam pela estabilidade de apoios, entre os quais os apoios sociais, melhoramento e melhoramento continuado de serviços, todo um conjunto de responsabilidades, respostas políticas que a CDU propõe, que a CDU defende que o município deve fazer Não podiam criticar o aumento de despesas correntes a cada conta de gerências, havendo esse plasmar de

5 responsabilidades políticas que devem ser respostas continuadas de apoio ao longo dos anos. A prestação
de contas dava razão à CDU no capítulo da fiscalidade, nessa posição moderada, não comprometer o balanço
equilibrado das contas municipais por desvarios demagógicos de baixa de impostos. Relativamente ao IMI
vem dar razão à CDU que disse haver espaço já para este ano 2023 para a redução o que se veio a verificar
10 permitiram o executivo propor um número diferente para 2024, mas já poderiam ter aparecido 2023. No
capítulo IRS já tinham denunciado que essa devolução, que é justificada como um estímulo às classes médias,
a questão é, quanto menos classe média são, quanto mais alta é a classe, mais beneficia, os agregados com
rendimentos mais baixos, que são a maioria, ficam de fora. Como verificaram nas contas de gerência para
2023, é difícil de entender no quadro de subfinanciamento do poder local, abdicar daquela receita, não que
15 seja o posicionamento do executivo, mas em torno da discussão acerca da devolução do IRS que é tida em
várias câmaras deste país. As contas de gerência dão motivação à CDU, que ao longo de vários anos, tem
pautado a sua ação para reivindicação do financiamento adequado do poder local democrático,
designadamente ao nível da lei das Finanças locais. Um debate motivado por que uma proposta pela revisão
da Lei das Finanças locais, e que na Assembleia Municipal foi reprovada com os votos contra do PS, PSD, PAN
20 e CH ainda contou com a abstenção do CDS e do BE. Não obstante, a execução orçamental tem sido em linha
com o percurso habitual do executivo, tanto ao nível das escolhas como dos bons resultados o quadro já
referido de transferência de competências no quadro daquele subfinanciamento, mas que traz preocupações
acerca da sustentabilidade das contas municipais, sobretudo não sacrificando anteriores competências. A
dicotomia da manta curta de, ou investe mais na saúde para investir na saúde, se tem de sacrificar na rede
25 viária, tem de sacrificar e responsabilidades a outrora que já se já eram suas antes desse centro de
competências. É uma dicotomia da manta curta, que não pode ser imputada aos autarcas deste país. Falando
das competências do Estado Central e fazendo paralelo entre as competências delegadas para as autarquias
e os respetivos envelopes financeiros deixa a pergunta, quanto foi, do défice 6.5, reembolsado em sede de
comissão de acompanhamento e qual foi o défice entre a transferência e a obrigação em 2003. Referindo a
30 introdução feita pelo presidente, na apresentação das contas de gerência, entendem que o mesmo
reconhece a insuficiência do envelope financeiro. Que o embandeiramento de responsabilidades sem o
pacote financeiro deteriora o nível de confiança política.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues deu nota que não havia reflexão política,
porque essa era do senhor deputado e da Assembleia, apenas aquilo que lhe competia era eventualmente
35 esclarecer. Em primeiro lugar não assinaram a descentralização, foram obrigados à descentralização na área
da educação. e os diretores estão contentes globalmente, os pais estão contentes, os alunos estão contentes,
a comunidade em geral está mais bem servida. O problema é que não há uma correspondência entre aquilo
que foi a transferência das responsabilidades e a sua tradução financeira. Que até ao presente não receberam

- 5 nada, têm um balanço para o ano que referiu, o adicional da ação social, e irrelevante porque é 1.000.000 de euros e que, no fundo, adiciona por vontade política valor às prestações que passaram a ter a responsabilidade de gerir. Este ano, adiciona 1.000.000, para o ano se quiser adiciona 5.000.000, mas pode não adicionar nada. Ou seja, não é um vínculo que tem, é uma decisão política. Tinham uma pequena margem e essa margem permitiu aumentar e até o momento na saúde, a situação era muito complexa, de momento,
- 10 um dispêndio que estava previsto em cerca de 300.000 EUR para aquisição de viaturas que substituem as viaturas que tinham, que eram horrorosas, e com 25 anos, com uma manutenção deficiente. Era até do ponto de vista de segurança, mas agora que isso passou para a Câmara, os enfermeiros a não querem conduzir e querem motoristas. Isso não estava a acontecer só em Gaia. Temos, neste momento, um diferencial de valor de serviço. Pelos centros de saúde cerca de 60.000 EUR para além dos Carros. Naquele momento, a data é
- 15 30/06/2014. Ou seja, não falando do relatório de contas, mas do primeiro semestre do ano. O que queriam implementar para este primeiro semestre são 350.000 EUR, e logo que venham as viaturas, serão entregues aos centros de saúde. Estavam no momento com outro dossiê que envolve a saúde e a educação e aquele era o último dia para fazer as candidaturas das escolas. Apresentaram 4 candidaturas para os centros de saúde, quando só tinham 2 previstas, e nas escolas também como nos centros de saúde. O valor da
- 20 participação do Estado, de momento falamos de valores na ordem dos 750.000€ por equipamento de saúde. Nas escolas estavam contabilizados cerca de 1.500.000 por escola, adicionalmente ao financiamento, porque a evolução dos preços de mercado desde que foi assinado o protocolo com a Associação Nacional de Municípios até ao dia presente tinha sido significativa. Continuou a dizer que era expectável que nos próximos anos, a margem de investimento que o município tem seja uma margem consumida muito
- 25 significativamente pelas obrigações decorrentes da melhoria dos equipamentos que não são municipais. A Câmara tem neste momento 3.800 funcionários, desses 3.800 funcionários, 1.300 a 1.400 vieram no pacote da descentralização, portanto, significa que passaram de 2.000 e poucos para 3.000 e poucos funcionários, não porque tivessem contratado de 1 ano para o outro, mas porque receberam pessoas que já estavam no serviço público, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, e que vieram para o município. A Câmara fez
- 30 lhes seguro de trabalho e acidentes, por isso, os valores que deu genericamente era o que tinham no momento. Falando nas escolas, da bolsa de recrutamento para responder eficazmente à falta de funcionários, do rácio dos operacionais das escolas e referindo ainda o conceito de sala Snoezelen, como resposta de qualidade para crianças com necessidades de aprendizagem, essas eram sim uma opção política do executivo-----
- 35 **Senhora Deputada Carla Maria Rodrigues Costa (PSD)** disse que naquela prestação de contas constataram o continuo aumento da receita total, atingindo 252.700 milhares de euro, acréscimo já constatado no exercício anterior e que vem cumprindo a tendência do quadriénio comparativo naquela prestação de contas. Nas 4 anteriores gestões autárquicas o município arrecadava valores de impostos diretos muito

5 inferiores aos atuais, endividou-se para executar investimento estrutural com a criação de infraestruturas básicas, desde habitação, arruamentos, saneamento e salubridade pública, entre outros. No momento a prestação de contas relevava a saúde financeira com o dito equilíbrio das contas, consequência do investimento inteligente feito no passado criando atratividade ao Concelho, permitindo que hoje atualmente se arrecadasse aquele valor de receita corrente. As estruturas locais apresentam carências graves e estão a ser tratadas de forma insuficiente. Concluiu dizendo ser importante um contínuo investimento estrutural, agregando e complementando as necessidades do Município, em benefício da população e do desenvolvimento local. Naquela prestação de contas não vislumbravam um rumo nem uma visão que respondessem às principais preocupações que tal impedia-os de acompanhar a prestação de contas relativas ao exercício de 2023, conforme documento em anexo (**vide anexo 4**). -----

10

15 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** tranquilizou-os no que dizia respeito às receitas. Tinha a convicção absoluta de que as receitas no município iriam continuar a crescer, porque aquilo era o valor do IMT, daqui a tempos valor de IMI, poderíamos ter uma atenuação do volume de construção, mas aquela que já está em curso significa, evidentemente, receita duradoura para o município. Disse estar mais preocupado, com outra coisa, não é tanto com o crescimento futuro das receitas, as coisas estão

20 tranquilas, tem mais preocupação, com o crescimento de algumas despesas que não conseguem prever era o caso da descentralização já explicado, que parece ser um desses casos, estou mais preocupado. É, Por exemplo, quando o atual Governo a dizer que vai baixar a taxa do IMT ou reduzi-lo a zero para casais até aos 35 anos, achava bem, mas ficaria contente de ver um Governo, este ou o anterior ou outro qualquer, que para reduzir impostos, reduzisse os seus impostos fonte de receita. Do ponto de vista do impacto social, vale

25 zero, ninguém compra casa em Gaia ou em Matosinhos por causa do IMT e para o município, significa um milhão e meio, portanto, eu serei solidário com um governo que diga assim “quero acabar com o IMT para os jovens até 35 anos”. Achava bem mas que retirassem esses benefícios dos seus impostos e não dos que são das autarquias Percebia que a senhora deputada tivesse outras saudades e outras coisas para valorizar, mas que, por exemplo, no que dizia respeito à tese que a senhora deputada referia, que o município se

30 endividou para ter infraestruturas, lembrar, por exemplo, que nas infraestruturas rodoviárias, o investimento do município era o mesmo que estavam a fazer agora, basicamente asfaltamentos, as novas vias que foram criadas desde o IC 23, foram obras do Estado, integrais. Habitação Social, PER, nem sequer era habitação social, no sentido “Primeiro Direito”, era integralmente paga pelo Estado. Os municípios tiveram uma despesa, entre aspas, imaterial que foi ceder terrenos que já eram seus. Portanto, aí não houve

35 endividamento nenhum, sabe que o saneamento e água potável começaram nos dois mandatos do Heitor Carvalheiras, de facto. O momento alto do saneamento e água potável foi a reabilitação de ruas. A maior estação de tratamento de águas residuais, que é da Madalena, ainda foi inaugurada pelo Heitor Carvalheiras. Não está pronto, mas cada um fez a sua parte, mas era difícil aceitar dizerem que estávamos a crescer muito

5 porque foi feito um investimento no saneamento lá atrás e que a dívida está justificada. A senhora deputada sabia que isso não era verdade, mas tinha de defender a sua posição. Não quer dizer que não tenha sido feito um conjunto de construções, equipamentos interessantes não justificou os meios para atingir os fins. O segredo está em conseguirmos manter níveis de investimento audazes. Mas equilibrados para aquilo que é o presente e o futuro do município. Disse, desafiar a senhora Deputada a ir a esse passado. Conseguimos, ter
10 mais investimento, menos endividamento, à custa de maior equilíbrio da receita. Relativamente ao valor, digamos, de transição, que a certa altura se diz, vá tendo um valor de 14.000.000 de saldo entre aspas. É que, às vezes até se intitula de lucro abusivamente porque o município tinha margem para fazer mais coisas ou para diminuir os. Impostos, este valor de 14.000.000 é um valor contabilístico. Ou seja, a Câmara não tem 14.000.000 de euros disponíveis, o que tem é 14.000.000 de euros que estão cerca de 76%, ou seja, três
15 quartos já alocados ao multíusos neste momento. A Câmara tem dinheiro no banco entre que está lá liquidamente no banco, mas que tem um destino contabilístico que é o multíusos. Na transição da conta, aparece-lhe como saldo positivo, não é saldo positivo, é dinheiro disponível para os cabimentos plurianuais, que, aliás, depois os deputados aprovam na Assembleia. A contabilidade pública é uma contabilidade errada. O que, deveria acontecer era que os cabimentos repercutissem em despesa na integralidade, mesmo não
20 tendo sido executada. E o que sobrasse é que era o tal saldo positivo, poderíamos discutir o que fazer com os 3.500.000 aos 4. milhões que nos sobrou.-----

Senhor Presidente da União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo, Filipe da Silva Lopes, disse que este documento encerrava uma década de relatórios e contas da responsabilidade da gestão autárquica, sob o lema "Dedicados a Gaia" onde foi possível devolver a esperança e confiança aos Gaienses. O início do projeto autárquico teve um elevado grau de dificuldade dado o estado de debilidade das finanças municipais, no
25 entanto, com uma ação política de elevado rigor orçamental e centrada nas pessoas e instituições, e com o envolvimento de toda a comunidade, foi possível chegarem aquele patamar. Das ações que mais distinguiu aquele ciclo político do anterior era o investimento de proximidade, ao que chamaram resolver os problemas concretos da vida das pessoas, nomeadamente, construção de passeios, jardins, recreios escolares parques infantis, etc. Uma aposta da atual Câmara que marcava a diferença com o ciclo anterior, tendo deixado
30 diversos exemplos, conforme documento em anexo **(vide anexo 5)**.-----

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) de acordo com o Regimento solicitou à Mesa a suspensão dos trabalhos por 5 minutos.-----

O Senhor Presidente da Mesa procedeu à suspensão dos trabalhos por 5 minutos, a pedido do Grupo Municipal do PS.-----

Senhor Deputado Carlos José Pinto Vergueiro (PS) na apreciação e discussão do Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2023 disse ser imperioso atender que estavam decorridos 10 anos daquele ciclo

5 autárquico, tendo o ponto de partida sido trágico. Vencida essa fase pediram aos Gaienses a sua confiança e
apoio, dizendo: “se conseguimos colocar as contas no verde baixando ou extinguindo taxas e lançar
programas de elevado significado e valor; se fomos capazes, em equipa e com os Gaienses, de superar a crise
financeira e social; então confiem que vamos inovar, vamos conseguir catapultar os Gaienses e Vila Nova de
10 Gaia para outro nível de desenvolvimento, num Município estável, humanista e de boas contas”. Continuou
dizendo, “Estes 10 anos têm marcos e marcas impressionantes que nos orgulham. Não nos trazem vaidade, mas
acarretam mais responsabilidades, mais dedicação, para um futuro que queremos construir com os
contributos de todos os Gaienses. Neste balanço de 10 anos não querendo ser exaustivo, mas lembrar esses
marcos e essas marcas, sempre são 10 anos de obra e não assim tão pouca, lembrando também que o
território é vasto e as necessidades ainda são mais que muitas” conforme documento em anexo **(vide anexo**
15 **6)**. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues teceu algumas notas de agradecimento,
dizendo que num tempo em que o que conta são também as coisas negativas, ouvir algumas coisas positivas,
mesmo que fossem exageradas do ponto de vista do elogio, sabiam sempre bem, mas a, aquilo que iriam ser
as condições socioeconómicas do município e do concelho e as condições económico-financeiras do
20 município, permitiriam imaginar um futuro brilhante. A estação de TGV era absolutamente determinante
para o futuro de Gaia porque ela vai conseguir recentralizar em Santo Ovídeo aquilo que era uma
centralidade metropolitana que estava de facto neste núcleo central do Concelho do Porto e do Concelho de
Vila Nova de Gaia. Falando do poder local e das suas opções políticas das construções e equipamentos ou
mobilidade para o desenvolvimento sustentável terminou dizendo que as pessoas precisam de bons serviços,
25 de mais medidas de política social, de mais apoio em muitos domínios no contexto das escolas, dos centros
de saúde que agora são nossos e eu não conheço praticamente nenhuma despesa dessas que seja despesa
de capital e em muitos momentos, isso vai-se fazer sentir na vida dos municípios, mas na vida dos autarcas,
no prestígio dos autarcas que de repente, perante um desequilíbrio desses que não decorre de sua vontade,
têm às costas procedimentos por incumprimentos que eles próprios não têm maneira de resolver. O
30 Município de Gaia é um município que não tinha um plano, um programa municipal de apoio ao
arrendamento, municípios como Santo Tirso, como a Trofa, como Braga, como outros para falar do Porto e
de Lisboa e faziam disso uma política de habitação, nós não tivemos condições como operar. O município só
será arrojado se tiver as contas em dia. Não era lembrar o passado, mas no passado, muitas coisas eram,
feitas à moda do passado e não era só em Gaia, era em muito sítio, era um modelo de gestão que era
35 basicamente infraestruturalista era um modelo de autarca, exibicionista, era assim em todo o lado, dos vários
partidos. Atualmente o poder local mudou. As pessoas pensam no poder local e não pensam propriamente
em camiões de betão, pensam no poder local e pensam em proximidade, pensam em quem não lhes vira as
costas. Ambicionava em trazer a versão final do relatório do Tribunal de Contas, do presente mandato do

5 ponto de vista técnico, o relatório é absolutamente extraordinário. Terminou “Temos a noção dos dramas que ainda ocorrem. Não temos a perspetiva de resolver tudo e mais alguma coisa, mas no justo equilíbrio entre o que fazer, as urgências, as prioridades e o equilíbrio financeiro. Acho mesmo que tecnicamente este relatório é valioso. Politicamente, é uma coisa diferente disso a Assembleia trata”. -----

10 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.12.** -----

Votação: Votação: Aprovado por Maioria, com 31 votos a favor (19 do PS e 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 08 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS-PP e 01 da IL) e 06
15 **abstenções (02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN).** -----

4.13. da Ordem de Trabalhos “Apreciação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens Relativos ao ano 2023, nos termos da alínea j) do nº 1, do artigo nº 35 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro”. -----

20 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** disse, que salvo a melhor opinião a Proposta tinha de ser votada.-----

O Senhor Presidente da Mesa questionou se era por requerimento específico da Câmara, porque era uma apreciação, nunca era votada.-----

25 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** respondeu, que todos os anos tinham essa discussão, o inventário, do seu ponto de vista devia ser votado. A apreciação significa uma apreciação, um juízo e, essa ambiguidade decorre da lei, não decorria da ordem de trabalhos. -----

O Senhor Presidente da Mesa disse, haver uma ambiguidade da Lei, se a Câmara Municipal requeria iria ser votada.-----

30 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** disse haver no momento mais do que a jurisprudência, que mostra que a apreciação implica posição, senão seria tomar conhecimento. Apreciar, é apreciar valorizando ou desvalorizando com o voto e como não tinham muitos dias, um dia para colocar na Plataforma do Tribunal de Contas, era melhor não correr riscos e votar.-----

35 **O Senhor Presidente da Mesa** disse estava o requerimento feito. E os Senhores Deputados, não se opuseram a que haja votação.-----

5

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.13. -----

10 **Votação: Aprovado por Maioria, com 36 votos a favor (19 do PS e 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL).** -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo **(vide anexo 7)**. -----

15 Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 00 horas e 18 minutos do dia 30 de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

20

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

25

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

30